



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 34/2020

Período: 19/09/2020 - 25/09/2020

GEDES – UNESP

- 1 - Periódico comentou a proposta de redução do orçamento para operações de paz em 2021
- 2 - Antigos aliados do presidente Jair Bolsonaro culpam militares por afastamentos
- 3 - Novo caça chega ao Brasil
- 4 - Em conversa, bolsonarista incita a intervenção militar
- 5 - Na ONU, Bolsonaro apresentou operações militares como estratégias de combate ao desmatamento florestal.
- 6 - Em declaração ao STF, o general Augusto Heleno minimizou a responsabilidade do governo em queimadas e desmatamento.
- 7 - Em entrevista, ministro da Defesa fez um balanço da Operação Covid-19.
- 8 - Periódico sugeriu diplomacia militar entre Brasil e Venezuela para transição política no país vizinho
- 9 - Ministério da Defesa utilizaria recurso indenizatório da Lava Jato em aquisição de novo Sistema de Satélites.
- 10 - Militares viram esperança no discurso do presidente para a ONU
- 11 - Volkswagen pagará indenização a ex-funcionários da empresa entregues à ditadura militar
- 12 - Justiça proibiu retorno das aulas presenciais nos colégios militares

1- Periódico comentou a proposta de redução do orçamento para operações de paz em 2021

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a proposta orçamentária do governo federal para 2021 reduziu em 70% a verba do Ministério da Defesa para missões de paz, em comparação com os valores de 2020. O valor total previsto é de R\$ 24,71 milhões, frente a R\$ 82,3 milhões deste ano. O porta-voz do Ministério da Defesa, vice-almirante Carlos Chagas Vianna Braga, afirmou que a justificativa é a futura saída brasileira da Força Interina das Nações Unidas para o Líbano (Unifil) em dezembro, e que a avaliação seria "priorizar ações no nosso entorno estratégico" como o aumento da pirataria no Golfo da Guiné, no Atlântico Sul. Especialistas ouvidos pela *Folha* destacaram uma mudança no foco da atuação das Forças Armadas. Tadeu Morato Maciel, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), apontou para a consonância desta atitude com os novos documentos da Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, além de afirmar que "os militares foram bastante

beneficiados pela participação em missões de paz nos últimos anos, mas o atendimento de seus interesses atuais não prescinde mais da atuação nesse tipo de operação". De outro lado, segundo a *Folha*, Lucas Pereira Rezende, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ressaltou o alinhamento do presidente da República Jair Bolsonaro com a política externa do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o que justificaria essa alteração na atuação brasileira em missões de paz. (Folha de S. Paulo - Mundo - 20/09/20)

2- Antigos aliados do presidente Jair Bolsonaro culpam militares por afastamentos

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a notável reconfiguração das alianças do presidente da República Jair Bolsonaro - na qual o mandatário se afasta e desagrada parlamentares evangélicos, lobistas do mercado de armamentos e as elites econômicas - seria devido aos militares. Na mesma matéria houve também a confissão de dois aliados do presidente, segundo eles, Bolsonaro costumava a se queixar da dificuldade que tinha para entrar nos quartéis e da inacessibilidade dos generais para com ele; hoje, o "concelho decisório", do gabinete presidencial é composto em sua maioria por generais. Ademais, o jornal também culpa o apertado Orçamento de 2021 e a ameaça de Impeachment como fatores para essas mudanças. (Folha de S. Paulo – Poder - 21/09/20)

3- Novo caça chega ao Brasil

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a nova fase das Forças Armadas brasileiras iniciou-se no governo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e destacou que após "35 anos de seca", com baixos investimentos sem planejamento e estratégia, o cenário mudou a partir de 2007 com os novos programas da Defesa que visavam a "expansão das capacidades operacionais e aquisição de tecnologias sofisticadas e qualificação de pessoal", e um projeto de "modernização e reequipamento das Forças". Como exemplo, o jornal citou os quatro submarinos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), uma parceria entre a França e a Marinha brasileira. O primeiro deles, o Sub-40 Riachuelo, foi entregue em 2019 e operará a partir de 2021. Outro programa mencionado pelo periódico foi o contrato de aquisição de 36 caças suecos. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o primeiro caça sueco para a Força Aérea Brasileira (FAB) chegou ao país na manhã do dia 20/09/20 vindo da Suécia, o Gripen de matrícula FAB4100 ou F-39, é o primeiro de 36 unidades compradas em 2014 pelo valor de R\$ 24 bilhões, os outros modelos devem ser entregues até 2026. Após a sua vinda para o complexo portuário de Itajaí-Navegantes, em Santa Catarina, onde passou por uma montagem final e testes da fabricante Saab e sua empresa parceira, a Embraer. Ele decolou às 14h04, do dia 24/09/20, da cidade de Navegantes e pousou às 15h07 na cidade de Gavião Peixoto, São Paulo, onde se localiza a fábrica da Embraer e o Centro de Ensaio em Voo do Gripen, que produzirá suas versões nacionais, os planos são que o novo modelo entrará em ação no segundo semestre de 2021. O voo percorreu 560 km e a aeronave não atingiu a sua velocidade máxima de 2.400 km/h, por estar em fase de testes. O jornal também destacou a transferência de tecnologia, graças à qual 230 brasileiros já foram treinados na sede da Saab em

Liköping, com a previsão de 350 serem treinados até o final. Conforme destacou o jornal *O Estado de S. Paulo*, o avião passará por um período de testes para medir como a aeronave se comporta no ar, somente após esse período ele será entregue à FAB. A chegada desse novo caça, marca um grande passo no longo e desastrado programa de renovação da frota brasileira de aviões de combate, iniciada em 2001. (Folha de S. Paulo – Poder - 21/09/20; Folha de São Paulo - Poder - 25/09/20; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 22/09/20; O Estado de S. Paulo - Economia - 25/09/20)

4- Em conversa, bolsonarista incita a intervenção militar

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, com o andar das investigações sobre os atos antidemocráticos e a produção em massa de “Fake News”, foi descoberto pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, uma conversa no aplicativo *Whatsapp*, onde o blogueiro Allan dos Santos teria dito a um assessor do presidente da República Jair Bolsonaro sobre a urgência de uma intervenção militar no funcionamento do governo brasileiro. Entretanto, a *Folha de S. Paulo* também ressaltou que, de acordo com a Polícia Federal (PF), quando o tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid foi questionado sobre a fala, o militar disse que não se recordava do episódio. Ademais, ambos jornais ressaltam que vários aliados e pessoas próximas do presidente, incluindo seu filho Carlos Bolsonaro, estão sendo investigados. (Folha de S. Paulo- Poder - 21/09/20; O Estado de S. Paulo - Política - 21/09/20)

5 - Na ONU, Bolsonaro apresentou operações militares como estratégias de combate ao desmatamento florestal.

O periódico *Correio Braziliense* destacou as intenções do presidente da República Jair Bolsonaro ao apresentar na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU as ações militares do governo na Amazônia. Segundo o jornal, em conversa com jornalistas, o vice-presidente Hamilton Mourão declarou: “Vai focar na Amazônia. Vai mostrar, em princípio, aquilo que nós estamos fazendo: a criação do Conselho (Nacional da Amazônia Legal), a operação Verde Brasil II, os esforços do governo no sentido de combater as ilegalidades(...)”. O intento era rebater as críticas que o governo brasileiro vem recebendo pelas queimadas e o desmatamento na Amazônia e no Pantanal. O *Correio* destacou também o posicionamento de parlamentares e analistas, que pontuaram os efeitos negativos da fala do presidente. (Correio Braziliense - Política - 22/09/20)

6 - Em declaração ao STF, o general Augusto Heleno minimizou a responsabilidade do governo em queimadas e desmatamento

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* abordaram as declarações do general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), durante o primeiro dia da audiência pública do Supremo Tribunal Federal (STF) que investiga as denúncias de ingerência no Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo do Clima) pelo governo no combate aos desmatamentos e queimadas. Conforme apontou o *Correio*, o general destacou o investimento de R\$ 520 milhões do governo federal na Operação Verde Brasil e o periódico *Folha de S. Paulo* acrescentou o

efetivo de 2.000 homens, 3 navios e 7 aeronaves. Apontou também os argumentos do general em torno de uma suposta perseguição do presidente da República Jair Bolsonaro por “governos e personalidades estrangeiras”, que, segundo ele, “mentem sobre a atuação do Executivo na proteção da Amazônia com o objetivo de prejudicar o Brasil e derrubar o governo de Jair Bolsonaro”. O general reconheceu a complexidade da situação, os problemas de recursos financeiros, infraestrutura, pessoal, saneamento e até do judiciário, mas alegou que “não há comprovação científica de que os incêndios decorram de inação do governo federal”. O *Estado* destacou ainda as falas do ministro que minimizaram os efeitos das queimadas, alegando que os “focos de incêndio são fenômeno natural” e que os números e os argumentos são “fabricados e manipulados para apresentar o país como vilão do aquecimento e desmatamento”. No entanto, o jornal destacou o maior registro de incêndios no Pantanal dos últimos vinte anos. Para Alessandra Cardoso, assessora política do Instituto de Estudos Socioambientais (Inesc), o enfraquecimento de órgãos fiscalizadores como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em contrapartida do protagonismo militar nas ações de combate ao desmatamento, “configura não uma inação, mas uma ação de desmonte da política de clima e proteção da floresta”. (Correio Braziliense - Política - 22/09/20; Folha de S. Paulo - Ambiente - 22/09/20; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 22/09/20)

7 - Em entrevista, ministro da Defesa fez um balanço da Operação Covid-19
Entrevistado pelo periódico *Correio Braziliense*, o ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, apresentou as ações das Forças Armadas na Operação Covid-19. Segundo o ministro, foram mobilizados 34 mil militares, havendo participação da Marinha, Aeronáutica e do Exército nas operações, envolvimento maior do que o que houve na 2ª Guerra Mundial. Destes, cerca de 90% foram infectados e 32 morreram pelo vírus. O general destacou dentre as ações: “6,2 mil descontaminações em locais públicos; 11 mil ações nas faixas de fronteira; montagem de cerca de 2,5 mil postos de triagem; criação de 4,8 barreiras sanitárias; 6.722 campanhas de conscientização da população; e 33 mil doações de sangue”, pontuando que as viagens aéreas realizadas para provimento de insumos e materiais relacionados ao combate da doença seriam equivalentes a “20 voltas ao mundo”. A verba repassada através de 2 projetos de lei ao Ministério da Defesa para estas operações foi de aproximadamente R\$ 200 milhões. O ministro declarou que as Forças Armadas “se adaptaram” para seguir sem prejudicar as outras ações de sua atribuição, dentre as quais incluiu as Operações de combate às queimadas e ao desmatamento. Sobre a repercussão em torno da previsão de verba maior do que a Educação na Lei Orçamentária Anual, o ministro negou que havia tal previsão e que a Defesa se adaptará ao destinado para o próximo ano, mesmo “não sendo o ideal”. Acerca da produção de cloroquina, informou que a produção está no segundo lote, e descartou os riscos de desperdício do remédio: “Se não for aproveitado por receita do Ministério da Saúde, vamos aproveitar nas doenças para as quais o Exército normalmente distribui”. (Correio Braziliense - Brasil - 22/09/20)

8 - Periódico sugeriu diplomacia militar entre Brasil e Venezuela para transição política no país vizinho

O jornal *O Estado de S. Paulo* destacou a atual relação conturbada entre Brasil e Venezuela nos aspectos político e econômico, prejudicada sobretudo por interesses “extrarregionais”. No entanto, o periódico frisou que as relações entre as Forças Armadas dos dois países seguiram ininterruptas e sugeriu que haja, “longe dos holofotes”, uma conversa mediada pelo canal militar que busque uma “transição política pacífica” no país vizinho. O jornal apontou a experiência brasileira da anistia como um elemento que favoreceria as negociações e que não constava na proposta estadunidense. Além disso, no que chamou de “diplomacia militar”, o jornal indicou que o Brasil teria credibilidade para mediar o processo, mencionando sua histórica atuação na integração regional. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 22/09/20)

9 - Ministério da Defesa utilizaria recurso destinado da Lava Jato em novo Sistema de Satélites.

Segundo *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa receberá R\$ 530 milhões repassados pela Petrobrás, conforme determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), como parte da indenização da estatal na Operação Lava Jato. Estes recursos tiveram como finalidade exclusiva o combate ao desmatamento e proteção da Amazônia. A pasta da Defesa, por sua vez, pretendia utilizá-los como parte necessária para a aquisição do novo sistema de satélites, o projeto Lessônia-1, que complementaria o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), vinculado ao Ministério da Defesa e cuja previsão de implementação seria 2026. Enquanto isso, o recurso destinado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) este ano foi cerca de cinco vezes menor. Ao *Estado*, a Defesa informou que o projeto garantiria ao Brasil “soberania nacional no campo espacial”. O ministro já havia mencionado em julho de 2019 que, além de monitorar a Amazônia, o projeto deveria “fiscalizar fronteiras, agricultura, controle de tráfego marítimo e oceanografia.” Inicialmente, a previsão era de que fossem investidos R\$145 milhões no projeto, no entanto, o valor gasto até o final ainda não estava certo, a estimativa era de que custaria aproximadamente R\$ 577 milhões. Especialistas como Ricardo Galvão, ex-presidente do Inpe e atual professor de física da Universidade de São Paulo (USP), entendem que se trata de um esvaziamento do Inpe e que o destino dado ao recurso não contemplaria a finalidade estabelecida pelo STF. Gilberto Câmara, diretor do Grupo de Observações da Terra (GEO) ponderou que “a única explicação, aparentemente, é que os militares querem substituir o monitoramento feito pelo Inpe pelo do Censipam”. Entretanto, segundo a *Folha de S. Paulo*, a Defesa abandonou momentaneamente os planos para a compra do novo satélite, que seria o primeiro passo do novo projeto do Ministério da Defesa e da Força Aérea Brasileira (FAB), o Programa Estratégico de Sensores Espaciais (PESE) para ações de defesa e também para agricultura, ambiente e planejamento urbano. De acordo com a *Folha*, a desistência da aquisição se deve ao corte de R\$ 430 milhões, solicitado pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), do orçamento da Defesa de 2020, que contaria agora no segundo semestre com apenas R\$ 530 milhões. Por representar mais de um quarto do orçamento, a compra do satélite Lessônia foi suspensa. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 23/09/20; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 22/09/20)

10 - Militares viram esperança no discurso do presidente para a ONU

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a ala militar do governo aprovou com louvor o discurso do presidente da República Jair Bolsonaro na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O discurso abordou temas como a atuação do Governo na pandemia, na questão ambiental e no combate às queimadas e ao desmatamento, além de citar uma crescente campanha de desinformação a respeito da Amazônia e do Pantanal que busca desestruturar o Governo e o país. De acordo com o *Correio*, ficaram todos em êxtase, como disse um integrante do governo. “Foi tudo o que esperávamos. O presidente marcou posição, atacou críticos, sem ser agressivo”. “O que estão fazendo com a imagem do Brasil é um crime”, ressaltou outro militar, reforçando o comprometimento do Governo de reverter o pessimismo com o Brasil. Em coluna opinativa, ainda no periódico *Correio Braziliense*, o doutor em ciência ambiental e vice-presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade João Paulo Capobianco negou que haja qualquer desinformação a respeito dos dois biomas e apontou incongruências na fala do Presidente, como negacionismo de dados e informações falsas. Capobianco comentou que a incapacidade do governo em lidar com a crise ambiental gera a desvalorização da imagem de nossas Forças Armadas, que sempre contaram com a admiração de todos. (*Correio Braziliense* - Opinião - 23/09/20; *Correio Braziliense* - Política - 23/09/20)

11 - Volkswagen pagará indenização a ex-funcionários da empresa entregues à ditadura militar

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Volkswagen (VW) se comprometeu a pagar uma indenização de R\$ 36,3 milhões a ex-funcionários da empresa que foram presos ou torturados pela regime militar brasileiro (1964-1985), após a conclusão dos inquéritos civis no Ministério Público Federal, no Ministério Público de São Paulo e no Ministério Público do Trabalho, que comprovaram a participação da montadora no aparato repressivo do regime. De acordo com a *Folha*, a empresa emitiu uma nota, na qual afirmou seu compromisso no esclarecimento da verdade “sobre as violações dos direitos humanos naquela época”, pois parte desse dinheiro prometido pela VW também será entregue à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), como medida para financiar pesquisas que investiguem a colaboração de empresas da época com a ditadura militar, além da identificação das ossadas de presos políticos encontradas na vala clandestina do cemitério de Perus (1990), na cidade de São Paulo. Por sua vez, o periódico *O Estado de S. Paulo* destacou que a VW é a primeira empresa estrangeira que reavaliou sua participação durante o regime militar brasileiro, e por decisão do Ministério Público Federal (MPF) tem até o final de janeiro de 2021 para realizar os pagamentos da indenização. (*Folha de S. Paulo* - Poder - 24/09/20; *O Estado de S. Paulo* - Política - 24/09/20)

12 - Justiça proibiu o retorno das aulas presenciais nos colégios militares

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a determinação do Exército emitida no dia 16/09/20 de retorno às aulas presenciais nas escolas militares foi barrada pela Justiça, uma vez que contrariaria as regras sanitárias locais, criando um embate entre o Exército e os municípios. O periódico destacou que o Exército se comprometeu em estabelecer medidas para evitar a propagação

do coronavírus nas unidades escolares, como a aferição da temperatura dos alunos, o uso obrigatório de máscaras e o distanciamento de pelo menos 1,5 metros entre os estudantes nas salas de aula. Todavia, segundo *O Estado*, Gonzalo Vecina Neto, ex-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), declarou que a decisão de volta às aulas emitida pelo Exército foi equivocada e só serviu para manchar a imagem dos militares, pois, para ele, somente a unidade de Manaus (AM) teria condições de cumprir as exigências sanitárias e, portanto, receber aulas presenciais (*O Estado de S. Paulo – Metrópole* - 24/09/20).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).